



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**193ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA**

**16 A 18 DE MARÇO DE 2011**

**ATA**

1 Ao décimo sexto dia do mês de março de dois mil e onze, na sala de Reuniões do Gabinete  
2 Ministerial do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,  
3 localizado no Setor Comercial Sul – Bloco B, Quadra 09 Lote C, Edifício Parque Cidade  
4 Corporate Torre A, 8º Andar, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos das  
5 Criança e do Adolescente/CONANDA. Estiveram Presentes os **Conselheiros**  
6 **Governamentais Titulares:** Sra. Denise Rabello de Brito Franco, Representante Ministério  
7 da Previdência Social/MPS; Sra. Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, Representante do  
8 Ministério do Esporte/ME; Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo,  
9 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Conselheiros**  
10 **Governamentais Suplentes:** Sr. Alfredo Bernardo Pereira da Silva, Representante da  
11 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR; Sra. Salete Valesan Camba,  
12 Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH; Sra.  
13 Maria de Lourdes Magalhães, Representante do Ministério da Saúde/MS; **Conselheiros Não-**  
14 **Governamentais Titulares:** Sra. Miriam Maria José dos Santos, Representante da Inspetoria  
15 São João Bosco – Salesianos e nomeada Vice-Presidente do CONANDA; Sra. Raimunda  
16 Núbia Lopes da Silva, Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sr. Carlos  
17 Nicodemos, Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos; Sra. Aracélia Lúcia  
18 Costa, Representante da Federação Nacional das APAE's/FENAPAES); Sr. Alexandre Cruz  
19 de Oliveira, Representante Aldeias Infantis SOS/Brasil; Sra. Iralda Cassol Pereira,  
20 Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho/SLCSA; Sra. Maristela  
21 Cizeski, Representante da Pastoral da Criança/CNBB; Sr. Adriano de Britos, Representante  
22 da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sr. Fabio Feitosa da Silva,  
23 Presidente do CONANDA Gestão 2009/2010; Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda,  
24 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Sr. Diego Vale de Medeiros,  
25 Representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e Defensores  
26 Públicos da Infância e da Juventude/ABMP; Sra. Maria Luiza Moura Oliveira, Representante

do Conselho Federal de Psicologia; **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Suely de Mattos Felipe Alves, Representante da Associação Brasileira de Autismo/ABRA; **Coordenadoria-Geral do CONANDA:** Sr. Luís Otávio Daloma, Coordenador-Geral do CONANDA; Sra. Lilian Cordeiro Prates, Assessoria Técnica do CONANDA; Sra. Manoela Hartz, Assessoria Técnica do CONANDA. **Convidados:** Sra. Renata Rodrigues Flores Alves, Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sra. Misiara Cristina Oliveira, Representante do Ministério da Educação; Sra. Paula Rosa, Representante da Rede ANDI Brasil; Sra. Jussara, Representante do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares; Sra. Vânia, Representante do Fórum de Conselheiros Tutelares; Sr. Geraldo Salvador de Souza, Representante do Instituto Viva Melhor; Sr. Valdir Gugiel, Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/FNDCA; Sr. Alexandre Avelino, Representante da Secretaria de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos; Sr. Flávio Silveira, Representante do Meta Instituto de Pesquisa; a Sra. Andréia Martins, Presidente do IDEST. **Abertura.** O Coordenador Geral do CONANDA, Sr. Luís Otávio Daloma cumprimentou a todos e informou que o Presidente do CONANDA Gestão 2009/2010 chegaria atrasado e a Vice-Presidente, Sra. Carmen Silveira de Oliveira, encontrava-se em período de licença médica. Portanto, solicitou aos conselheiros que nomeassem a Presidência *ad hoc* até a chegada do então Presidente. Isto posto, o plenário nomeou a Conselheira Miriam Maria José dos Santos, considerando que a mesma seria empossada Vice-Presidente do Conselho nesta reunião. **Planejamento do CONANDA para o biênio 2011/2012 – Primeira Fase.** O Sr. Alexandre Avelino indicou que o referido planejamento foi iniciado na 192ª Reunião Ordinária do CONANDA e, naquela oportunidade, discutiu-se os marcos referenciais, a visão de futuro, o credo de valores e os objetivos do CONANDA. Além disso, foi definido que os objetivos do Conselho seriam os mesmos constantes do Plano Decenal, Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: 1 - Promoção dos direitos de crianças e adolescentes; 2 - Proteção e defesa dos direitos; 3 - Participação da criança e do adolescente; 4 - Controle social da efetivação dos direitos; 5 - Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; desdobrando-se em objetivos estratégicos. Sendo que os conselheiros se dividiram e formaram grupos que trabalharam cada objetivo separadamente. Com isto, foram discutidos os três primeiros objetivos, restando os dois últimos a serem discutidos naquele momento. Antes de seguir com a pauta, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos informou que aguardariam a chegada do Presidente para proceder à aprovação da pauta da reunião. Todavia, afirmou que poderia ser aprovada a pauta sobre o planejamento de forma simbólica, o que sem oposição foi aprovada. Após, cedeu a palavra ao Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira, que esclareceu que substituiria na titularidade o Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha, representante da mesma

entidade, porque o mesmo havia sido hospitalizado e o prognóstico de recuperação era de três a quatro meses. Com isto, a Conselheira sugeriu como encaminhamento o envio de uma carta de melhoras ao Ex-Conselheiro e sua família, bem como um ofício à direção da entidade agradecendo a presença e a participação do Conselheiro que extremamente qualitativa. Aproveitando o momento, o Conselheiro Carlos Nicodemos registrou o falecimento do pedagogo e um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente Antônio Carlos Gomes da Costa. Diante disto, a Conselheira Miriam propôs encaminhar à viúva ata da reunião em memória do falecido e informou que foi publicado no site da SDH e no site [www.direitosdacrianca.org.br](http://www.direitosdacrianca.org.br) nota de pesar pelo referido falecimento. Isto posto, a Conselheira Aracélia Lúcia Costa passou a apresentar o quarto objetivo, ressaltando a importância e a necessidade de cuidado no desdobramento das ações e metas. Destacou que o grupo definiu quatro objetivos estratégico, os quais seriam: fomentar a participação da sociedade em seus diversos segmentos por meio de ações estratégicas para garantir a efetividade do controle social; deliberar sobre ações que garantam o fortalecimento do exercício do controle social adotando procedimentos que resultem na descentralização e municipalização dessas ações; assegurar o fortalecimento da política e Plano Decenal, com o foco na formação continuada de atores envolvidos no processo de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio das escolas de Conselhos e demais ferramentas existentes; e garantir, com base no princípio da prioridade absoluta, a destinação de recursos no orçamento para fomentar pesquisas, diagnósticos, instrumentos de monitoramento, visando assegurar a efetivação da política de atendimento a crianças e aos adolescentes. Isto posto, o Conselheiro Carlos Nicodemos sugeriu evidenciar mais o papel dos Conselhos de Direitos, à medida que eles foram pensados desde o início como o locus privilegiado do exercício do controle social das políticas públicas. Da mesma forma, os Fóruns da sociedade civil organizada, entendendo que o processo democrático da construção da política necessariamente passava pelo fortalecimento dos Fóruns enquanto instância da sociedade civil. Acatada a sugestão, o Conselho elaborou redação pertinente e a inseriu como ação do primeiro objetivo. A Conselheira Miriam Maria José dos Santos propôs trabalhar a responsabilização dos atores do sistema de garantia de direitos pelo não cumprimento do ECA, principalmente aqueles que deliberavam e executavam a garantia e a efetividade do orçamento e dos recursos para a criança e adolescente. Após, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos passou a apresentar o consolidado do quinto grupo, que propôs as seguintes diretrizes: Fomentar a atuação da SDH para estabelecer marco legal que institui instância de pactuação de cada esfera de governo para a gestão do Plano Nacional; Mobilizar gestores, conselhos estaduais e municipais em relação ao Plano; Fomentar criação de encontros regionais interconselhos; Garantir a realização das conferências estaduais com representação do CONANDA; Garantir

a realização da Conferência Nacional; Fomentar a articulação do CONANDA com outros conselhos nacionais setoriais. Esclareceu ainda que o grupo não conseguiu fazer toda a análise dos objetivos que estavam no eixo, por esse motivo faltavam algumas diretrizes. O Conselheiro Carlos Nicodemos destacou o nível de detalhamento dado pelo grupo, assim como o Sr. Alexandre Avelino. Com isto, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos sugeriu seguir com a pauta e o grupo sintetizaria as proposições. Todavia, o Conselheiro Carlos Nicodemos fez algumas proposições e, diante disso, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos propôs que juntamente com o Conselheiro elaborasse a redação e traria de volta em um outro momento para apreciação do pleno, com isto, o Conselho daria segmento à apreciação do planejamento. Isto posto, o Presidente Fabio Feitosa da Silva assumiu a coordenação dos trabalhos e justificando que seu atraso foi proveniente de um apagão em Aracajú. Em seguida, fez a leitura da pauta aos demais e colocou a mesma em apreciação. Deste modo, o Sr. Luís Otávio Daloma informou que a Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Sra. Maria do Rosário, fora convidada a fazer a abertura oficial da 53ª (quingüagésima terceira legislatura) da Comissão de Direitos Humanos do senado no segundo dia de reunião deste Conselho. Com tanto, sugeriu algumas inversões na pauta a fim de garantir a continuidade dos trabalhos. E colocou ao pleno a sugestão do Conselheiro Carlos Nicodemos, a qual seria o CONANDA prestigiar a referida solenidade. Para tanto, foram escolhidos o próprio Conselheiro, além das Conselheiras Raimunda Núbia Lopes da Silva e Glícia Thais Salmeron de Miranda. Aproveitando as discussões, a Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda solicitou a formação do GT que elaboraria o Projeto de Lei/PL dos Conselhos Tutelares. Readequada a pauta, o Conselho passou a analisar a proposta alternativa do Conselheiro Carlos Nicodemos, que descreveu sua proposição para o quinto objetivo: 1 - assegurar o marco legal e político dos direitos humanos como principal estratégia de promoção da intersectorialidade das políticas públicas visando a promoção dos direitos das crianças e adolescentes com base no princípio da incompletude dos direitos; 2 - desenvolver ações que garantam integração da política nacional baseados nos princípios da descentralização política administrativa e do pacto federativo nacional; 3 - promover ações de interação e integração e mobilização dos gestores públicos para a construção das políticas públicas de promoção e proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes promover ações de interação e integração e mobilização dos gestores públicos para a construção das políticas públicas de promoção e proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 4 - desenvolver uma política de tratamento de dados indicadores sociais e econômicos que permita a formulação das ações e políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. Após considerações, a quarta diretriz ficou com a seguinte redação:

*Desenvolver uma política de produção de conhecimento e tratamento de dados e indicadores*

que permitam a formulação, implementação, avaliação e controle das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. A Conselheira Maria de Lourdes Magalhães sugeriu unificar o texto das três primeiras diretrizes propostas de forma sucinta em uma única diretriz. Todavia, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos foi contrária à proposição. Contudo, o Sr. Alexandre Avelino sugeriu que quando o grupo específico fosse elaborar as ações, verificaria se era possível elaborar ações para cada proposição, caso contrário, propusesse uma redação de integração das duas diretrizes e as ações logo em seguida. Acatada a proposta, indicou que os marcos referenciais foram apresentados na reunião anterior e a proposta inicial foi aquilo que estava contemplado no planejamento 2009/2010, com o entendimento de que dificilmente haveria alguma grande modificação. Acresceu que restou como pendência para esta reunião a visão de futuro e o credo de valores. Portanto, apresentou a visão de futuro do CONANDA em seu novo planejamento: garantir com prioridade absoluta os direitos humanos das crianças e adolescentes por meio da formulação, deliberação e controle de políticas públicas e ações articuladas entre os poderes públicos e a sociedade civil; o CONANDA reconhecido como referencial nacional e internacional na promoção, proteção e defesa e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Apresentou também o credo de valores: afirmação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos com justiça social, equidade, respeito às diversidades, impessoalidade no exercício da função, ética, cooperação e transparência. O Conselheiro Carlos Nicodemos sugeriu nova redação para o credo de valores e com a contribuição dos demais conselheiros, o texto passou a vigorar da seguinte forma: Afirmação dos direitos humanos e da democracia participativa como princípios fundamentais da política de proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes. Isto posto, o Conanda aprovou em sua totalidade a primeira parte do Planejamento para o biênio 2011/2012. **Aprovação da Resolução Sobre a 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** O Presidente Fabio Feitosa da Silva fez a leitura da citada Resolução e colocou à apreciação dos demais. De modo que a Conselheira Miriam Maria José dos Santos sugeriu acrescentar ao Artigo 1º também o Plano Decenal, além da Política Nacional. O Presidente Fabio Feitosa da Silva também sugeriu acrescentar a palavra deliberação ao Artigo 1º: Artigo 1º Convocar a 9ª Conferência Nacional do Direito da Criança e do Adolescente para discussão da Política Nacional do Direito da Criança e do Adolescente; ficando o mesmo com a seguinte redação: Convocar a 9ª Conferência Nacional do Direito da Criança e do Adolescente para discussão e deliberação da Política Nacional e do Plano Decenal do Direito da Criança e do Adolescente. Isto posto, o Conselho passou à indicação das datas para a ocorrência das conferências municipais, estaduais e da Conferência Nacional. O Presidente Fabio Feitosa da Silva informou que a proposta inicial era que de a Conferência Nacional fosse realizada em julho de 2012, mês de aniversário do Estatuto da Criança e do

Adolescente. Todavia, na semana anterior àquela reunião, a Vice-Presidente do Conselho, Carmen Silveira Oliveira, sugeriu o mês de outubro devido à comemoração da semana da criança. Contudo, o Coordenador-Geral do CONANDA, Sr. Luís Otávio Daloma, informou que verificaria a disponibilidade dos espaços de convenções para as duas datas. Ao passo que a Sra. Andréia Fernandes de Lima, Coordenadora-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados da SDH informou que o Centro de Convenções Ulysses Guimarães teria vaga em julho dentro do período de um a vinte e um; em agosto dentro do período de um a vinte e quatro; em setembro dentro do período de dezessete a trinta; em outubro dentro do período de um a sete ou quinze a trinta e um; em novembro, de um a quatro ou quatorze a trinta; e em dezembro, de onze a dezenove. Isto posto, fora retirada a proposta de realização em outubro do ano seguinte devido à ocorrência das eleições municipais. Com isto, o Conselheiro Alfredo Bernardo Pereira da Silva defendeu o mês de setembro como data de realização. Entretanto, o mês de julho foi aprovado por maioria em votação. Deste modo, o Presidente colocou em votação as propostas de data; de 10 de julho a 13 do mesmo mês, de terça a sexta; ou de 11 de julho a 14 do mesmo mês, de quarta a sábado; ou de 17 a 21 de julho, de terça a sábado, sendo a primeira proposta aprovada por maioria em votação. Com isto, o Conselho aprovou a realização das conferências municipais entre os meses de agosto a novembro do corrente ano e das conferências estaduais entre os meses de fevereiro a 15 de maio de 2012. Isto posto, a Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva consignou que as conferências estaduais teriam menos tempo de realização devido ao período de carnaval acontecer em fevereiro. Isto posto, a Resolução em questão foi aprovada por unanimidade.

**Composição das Comissões Permanentes do CONANDA.** O Presidente Fabio Feitosa da Silva leu a composição de cada comissão, principiando pela Comissão de Políticas Públicas/CPP: Conselheira Miriam Maria José dos Santos, Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva, Conselheiro Andrea Franzini, Conselheiro Francisco Rodrigues, Conselheiro do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, Conselheiro do Ministério da Educação/MEC, Conselheiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e Conselheiro do Ministério da Saúde/MS; Coordenação: Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva; Relatoria: Conselheiro do MS. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar/CDH: Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda, Conselheiro Diego Vale de Medeiros, Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira, Conselheiro do Ministério da Justiça/MJ, Conselheiro da Casa Civil da Presidência da República e Conselheiro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR; Coordenação: Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda; Relatoria: Conselheiro do Ministério da Justiça. Comissão de Orçamento e Finanças/COF: Conselheira Aracélia Lúcia Costa, Conselheiro Carlos Nicodemos, Conselheiro Marco Antônio da Silva Souza, Conselheiro do Ministério do Esporte/ME, Conselheiro da Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República/SDH e Conselheiro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Coordenação: Conselheiro da SDH; Relatoria: Conselheiro Carlos Nicodemos. Comissão de Mobilização e Formação/CMF: Conselheira Maristela Cizeski, Conselheiro Fabio Feitosa da Silva, Conselheiro Adriano de Britos, Conselheira, Iralda Cassol Pereira, Conselheiro do Ministério da Cultura/MinC, Conselheiro do Ministério da Fazenda/MF, Conselheiro do Ministério da Previdência Social/MPS e Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores/MRE; Coordenação: Conselheiro do MinC; Relatoria: Conselheira Iralda Cassol Pereira. Desta forma, destacou que a Mesa Diretora era composta por Presidência e Vice-Presidência, além dos coordenadores das comissões permanentes. Isto posto, o Conselho passou à composição do Grupo de Trabalho Interministerial da Política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, sendo que os representantes da Sociedade Civil indicaram o nome do Conselheiro Marco Antônio da Silva Souza, da Conselheira Maristela Cizeski, da Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda e da Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva. O Presidente Fabio Feitosa da Silva esclareceu que os representantes governamentais foram determinados por meio de decreto e que a Presidência e Vice-Presidência do CONANDA fazia parte daquela comissão e faria a coordenação da mesma. Após, informou que foram indicados a comporem a Comissão Organizadora da 9ª Conferência o próprio, a Conselheira Aracélia Lúcia Costa, o Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira e o Conselheiro Andrea Franzini, além de Conselheiro do MEC, do MinC, da SEPPIR e do MS, sendo que a Presidência e Vice-Presidência do CONANDA também participavam desta comissão. Após, informou que comporiam a Comissão de reforma política do CONANDA os Conselheiros Carlos Nicodemos, Iralda Cassol Pereira, Diego Vale de Medeiros e Francisco Rodrigues, além dos Conselheiros do MPOG, do MTE, da Casa Civil e do MDS. Por fim, informou que comporiam a Comissão Mista para Avaliação dos Projetos do Edital 2011 os conselheiros Francisco Rodrigues, Adriano de Britos, Diego Vale de Medeiros e Aracélia Lúcia Costa, além dos conselheiros do MS, do MJ e do MF. Com relação às representações externas, destacou que seria analisado também posteriormente.

**Planejamento do CONANDA para o biênio 2011/2012 – Segunda Fase.** O Sr. Alexandre Avelino ponderou que a segunda fase do planejamento tratava-se do detalhamento em ações e metas dos objetivos estratégicos e diretrizes. Propôs, portanto, que cada comissão permanente, dentro da sua linha de atuação, traçassem ações específicas. Após, apresentou o consolidado da primeira fase de elaboração do planejamento. Todavia, o Conselho aprovou modificação de redação do objetivo estratégico três. Isto posto, o Presidente Fabio Feitosa da Silva, destacando a recente formação das comissões e a ausência dos conselheiros governamentais, sugeriu encaminhar as proposições feitas em cada comissão até aquele momento e na assembleia de abril consolidar o planejamento. **Informes.** O Conselheiro Fabio Feitosa da

Silva informou que: todas as comissões permanentes do CONANDA teriam assessoria técnica para garantir a execução dos trabalhos; que a Mesa Diretora definiria o conselheiro relator para os temas pertinentes a cada comissão; o CONANDA foi convidado a participar do 18º Seminário Estadual de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo, que aconteceria entre os dias 28 e 30 de março. Deste modo, foi indicado o Conselheiro Diego Vale de Medeiros como representante do Conselho no evento; o CONANDA foi convidado a participar de seminário para discutir a Resolução 137 nos dias cinco e seis de abril em Minas Gerais e, deste modo, o Conselheiro Carlos Nicodemos se colocou à disposição para participar. **Pesquisa Censitária sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.** O Sr. Flávio Silveira informou que a pesquisa de campo foi feita em maio e junho do ano de dois mil e dez, a análise dos dados conclui-se em setembro do mesmo ano e naquele momento apresentava a pesquisa após atender as solicitações dos conselheiros e cruzamento de dados, além de outros tipos de recorte de dados. Com isto, apresentou a pesquisa a todos e, posteriormente, o release elaborado para divulgação na imprensa de massa. Isto posto, o Presidente Fabio Feitosa da Silva sugeriu que o release fosse encaminhado para a coordenação da CPP e juntamente com a relatoria da comissão fizesse a revisão do mesmo a fim de que até o final da assembleia o material fosse divulgado. A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira sugeriu a elaboração de um release mais qualitativo dos dados. A Sra. Andréia Martins sugeriu detalhar no release a continuidade que teria a pesquisa, tendo seu desdobramento em seminários e outras ações. Com isso, a Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva propôs que a CPP, juntamente com os membros do IDEST, se reunissem e posteriormente naquela mesma assembleia voltasse com uma nova proposta de release. Acatada a proposta, o release foi trazido ao pleno posteriormente e, após sofrer sugestões de alteração da redação, foi aprovado com o encaminhamento de ser remetido à imprensa e sites vinculados ao CONANDA, além dos conselheiros. Como encaminhamento também foi proposta a divulgação posterior da Pesquisa Censitária na íntegra somente posteriormente à análise dos Conselheiros. **Definição das Assembleias Descentralizadas.** O presidente Fabio Feitosa da Silva informou que a assembleia descentralizada dar-se-ia em junho do corrente ano. O Conselheiro Carlos Nicodemos sugeriu, para os próximos anos, transformar as assembleias descentralizadas em audiências públicas, com um número menor de conselheiros e com temas variados a partir da proposta do Plano Decenal. Após, o Presidente Fabio apresentou três propostas de locais para as reuniões descentralizadas, lembrando que fariam duas reuniões descentralizadas no corrente ano: Santa Catarina, com o tema Medidas Socioeducativas; Goiás, com, o tema Extermínio de Crianças e Adolescentes; e Salvador, Bahia, com o tema Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Isto posto, o Conselheiro Alfredo Bernardo Pereira da Silva sugeriu a descentralizada no estado do

Amazonas, para discutir o tema das crianças que são escarpeladas. Todavia, o Presidente Fabio Feitosa da Silva indicou que no ano anterior já havia sido celebrada uma reunião naquele estado, porém, não havia tratado do tema colocado. Contudo, lembrou da proposição do Conselheiro Carlos Nicodemos que previa audiências públicas que tratariam de variados temas. Esclarecido isto, o Presidente Fabio Feitosa da Silva informou que tinha uma proposição de realizar audiência pública em Goiás com o tema proposto em detrimento da reunião descentralizada. No entanto, a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira defendeu a realização da reunião descentralizada na região pelo peso político que esta teria. A Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda defendeu a realização da reunião em Salvador/BA, assim como a Conselheira Miriam Maria José dos Santos também defendeu a reunião em Salvador e que fosse a primeira do ano. Considerando que o tema Medidas Socioeducativas já havia sido escopo de trabalho de outras assembleias descentralizadas, a Conselheira Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo defendeu os dois outros temas. A Conselheira Salete Valesan Camba também defendeu o tema do Combate à Exploração Sexual para o primeiro semestre do ano. A Conselheira Maria de Lourdes Magalhães fortaleceu a proposta de realizar a reunião descentralizada no primeiro semestre em Salvador. Isto posto, fora aprovada para o primeiro semestre do corrente ano a reunião descentralizada em Salvador e para o segundo semestre a reunião descentralizada em Goiás, com o indicativo de realização de uma reunião extraordinária em Brasília da Comissão de Mobilização e Formação, a fim de articular com o Conselho Estadual da Bahia.

**Posse da Presidência e Vice-Presidência do CONANDA.** O Presidente Fabio Feitosa da Silva fez breve fala de agradecimento à frente do Conselho e imediatamente empossou a Ministra Maria do Rosário Nunes como Presidenta do Conselho biênio 2010/2012, bem como também a Conselheira Miriam Maria José dos Santos como Vice-Presidenta. Após, a Ministra Maria do Rosário agradeceu a todos, inclusive o Conselheiro Fabio Feitosa da Silva e a Conselheira Carmen Silveira de Oliveira pelo tempo de dedicação ao Conselho e destacou os desafios e responsabilidades do CONANDA dali por diante. Por fim, pediu desculpas, mas teve que se retirar para cumprir compromisso externo. Com isso, a Vice-Presidenta Miriam Maria José dos Santos, no uso de suas atribuições, empossou a mesa diretora do CONANDA. Por derradeiro, agradeceu a todos e também destacou as prioridades para sua gestão.

**Aprovação da Resolução que dispõe sobre a criação e composição da Comissão Organizadora da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente.** O Conselheiro Fabio Feitosa da Silva fez a leitura da referida resolução que trazia como proposta a seguinte composição: Membros natos: a Ministra Maria do Rosário Nunes, Presidente do CONANDA e a Conselheira Miriam Maria José dos Santos, Vice-Presidente. Representante das comissões: O Conselheiro Andrea Franzini e o Conselheiro representante do MEC,

representando a Comissão de Políticas Públicas; A Conselheira Aracélia Lúcia Costa e o Conselheiro Representante da SDH, representando a Comissão de Orçamento e Finanças; Conselheiro Fabio Feitosa da Silva e o Conselheiro Representante do MinC, representando a Comissão de Mobilização e Formação; além do Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira e o Conselheiro Representante da SEPPIR, representando a Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar. O Conselheiro Carlos Nicodemos solicitou a nomeação dos representantes governamentais. Proposta esta acatada de imediato. A Conselheira Iralda Cassol Pereira sugeriu que fosse consignada na Resolução a previsão de participação dos adolescentes na Conferência, sendo dois por região. Isto posto, a Vice-Presidente Miriam Maria José dos Santos encaminhou por: alteração na redação do segundo artigo da Resolução, retirando a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SPDCA da redação; inclusão de artigo que garantisse a participação dos adolescentes, mas delegando à CMF a definição dos critérios; inclusão de artigo garantido o convite de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos/SGD a participarem daquela comissão organizadora. Isto posto, o Conselheiro Carlos Nicodemos sugeriu garantir também a participação do Conselho Nacional de Juventude ante aos demais atores do SGD. Após, o Conselheiro Fabio Feitosa da Silva informou a realização de reunião do CONJUVE e sugeriu a participação da Conselheira Maristela Cizeski na mesma, a fim de garantir a integração entre CONANDA e o citado Conselho. Proposta essa acatada imediatamente. A Vice-Presidenta informou que já havia uma indicação de o Conselheiro Andrea Franzini e a Conselheira Misiara Cristina Oliveira coordenarem a Comissão Organizadora, o que foi aprovado por aclamação pelo plenário. Isto posto e adequada a redação, a Resolução foi aprovada. **Editais de Seleção de Projetos para Financiamento 2011 do Fundo da Infância e Adolescência/FIA.** De pronto, o Conselheiro Fabio Feitosa da Silva solicitou a informação do quantitativo dos recursos disponíveis do Fundo da Infância e Adolescência/FIA. Ao passo que a Sra. Manoela Hartz informou que o volume de doações ao Fundo foi de R\$ 15.215.722,18 (quinze milhões duzentos e quinze mil setecentos e vinte e dois reais e dezoito centavos); o volume de recursos da SDH até 28 de fevereiro era de R\$ 10.009.355,70 (dez milhões trezentos e nove mil trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), todavia, havia um limite de empenho determinado pela Presidência da República 4.023.003,22 (quatro milhões vinte e três mil e três reais e vinte e dois centavos). O Conselheiro Carlos Nicodemos. Após, o Conselho passou a analisar a redação do edital. O Conselheiro Fabio questionou se a Comissão Mista criada para Avaliação dos Projetos do Edital 2011 analisaria e deliberaria sobre os projetos do FIA ou todos os projetos do Fundo ou da SDH. Isto posto, a Vice-Presidenta encaminhou por analisar essa questão após a aprovação do edital. O Conselheiro Carlos Nicodemos consignou o fortalecimento do Financiamento fundo a fundo e também o estabelecimento de critérios aos

351 conselhos estaduais para análise dos projetos. Após, passaram à análise página por página do  
352 Edital, que sofreram algumas alterações de redação. Isto posto, o Edital foi aprovado sem  
353 qualquer minoria contrária e com o encaminhamento de o mesmo sofrer a consolidação das  
354 proposições ali feitas e o envio do próprio aos conselheiros pela Coordenação-Geral do  
355 CONANDA até o dia 25 do corrente mês, para que os mesmos fizessem a devolutiva do  
356 material com as observações pertinentes e após fosse celebrada a publicação. **Encerramento.**  
357 Por fim, o Conselho aprovou as datas de 13 e 14 de abril para a realização da próxima  
358 assembleia e nada mais havendo a ser tratado, a Conselheira Glícia Thais Salmeron de  
359 Miranda, designada pela Vice-Presidenta a coordenar os trabalhos em sua ausência, encerrou  
360 a reunião.